
DOSSIER II

Edições bíblicas em Portugal

Três momentos para o estudo dos primórdios da imprensa bíblica (judaica e cristã) em Portugal

*o período de 1487-1495 **

MANUEL CADAFAZ DE MATOS

Academia Portuguesa de História
Centro de Estudos de História do Livro e da Edição

*Ao Professor Artur Anselmo
pelo seu 70.º aniversário*

No âmbito da História da Imprensa na Europa, sobretudo ao longo dos séculos XV e XVI, a Bíblia – ou os textos de inspiração bíblica (no todo ou nas suas partes) – tiveram sempre um lugar de relevo, tanto nas opções de eruditos como de tipógrafos. No conjunto das edições em letra de forma produzidas nesse contexto em Portugal vamos abordar aqui, apenas, três casos que se afiguram paradigmáticos: o *Pentateuco* (1487), os *Comentários ao Pentateuco* (1489) e a *Vita Christi* (1495).

I.

O Pentateuco (Faro, 1487)

A edição do Talmud – e a imprensa em Portugal – teve as suas origens na cidade de Faro

Os primórdios da acção tipográfica em Portugal, primeiramente ainda em caracteres hebraicos, remontam a 30 de Junho de

* Este trabalho toma por base estudos do autor como a introdução à obra *Pentateuco. Reprodução fac-similada do mais antigo livro impresso em Portugal (Faro, Junho de 1487)*, editado em caracteres hebraicos pelo impressor Samuel Gacon (a partir do único exemplar existente no mundo, depositado na British Library, Londres), Faro, Governo Civil, 1991, intitulando-se esse nosso texto “A edição de Faro do *Pentateuco* (...) no contexto da História da Imprensa incunabular hebraica portuguesa”, pp. IX-L”; e a segunda parte do nosso trabalho de introdução a *Comentários ao Pentateuco, de Moses ben Nahman, edição em fac-símile do mais antigo livro impresso em Lisboa, 1489*, Lisboa, Edições Távola Redonda e Câmara Municipal de Lisboa, 1989, tendo o nosso estudo o título “Moses ben Nahman, um comentador do Talmud com os olhos postos no Oriente” (o qual beneficiou nos começos da década de 90 de uma nova edição em Madrid, no *Boletín de la Asociación Española de Orientalistas*).

1487¹. A obra com que se inicia esse novo percurso da circulação (por via das técnicas ainda rudimentares de impressão) foi, precisamente, a *Tora* (*Pentateuco*).

A sua impressão ficou a dever-se a Samuel Gacon (leia-se Samuel Porteiro) que, na sua oficina tipográfica de Faro editou, no último quartel do século XV, pelo menos, mais dois tratados, ambos com comentários de Rashi² – e incorporadas num mesmo volume do *Talmud*, dito babilónico: *Guitin* [*Tratado do Divórcio*] e *Shevu'ot* [*Tratado dos Juramentos*] (1492?).

O cólofon daquela edição do *Tora* dá-nos a data do final da composição da obra:

Acabou-se aqui em Faro, a 9 do mes de Ramuz, no ano Feliz do justo, que gozara o fruto das suas obras! [Isaías, 3, 10, i.e., 247 = 30 de Junho de 1487], por ordem do nobre e alto Dom Samuel Gacon³. Que o seu Criador e Redentor o proteja⁴.

O *Pentateuco* é, efectivamente, o mais antigo livro que se conhece impresso em Portugal. O *Sacramental* (de 1488?), de Sanchez de Vercial⁵ – que em 1988 estudámos na Biblioteca do Rio de Janeiro⁶ –, bem como o *Tratado de Confissom*, cuja edição (de 1489) em boa hora foi descoberta e, inicialmente, divulgada através das páginas do *Diário de Notícias*⁷, foram dados ao prelo, como se viu, não muitos meses depois.

¹ A passagem dessa data, em relação à História da Imprensa portuguesa, foi então assinalada, fundamentalmente, com a criação, por parte do Estado português, de uma Comissão para as Comemorações do Quinto Centenário do Livro Impresso, presidida pelo Prof. Doutor José V. de Pina Martins.

² Rashi, isto é, Salomão ben Isaac, que viveu entre 1040 e 1105.

³ Ver-se-á, adiante, o significado de Porteiro, quer a um nível de comunidade cristã, quer a nível da comunidade judaica.

⁴ Artur Anselmo, *Origens da Imprensa em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1981; e versão francesa, *Les Origines de L'Imprimerie au Portugal*, col. 'Études' da École Pratique des Hautes Études – IVe. Section, Braga, 1983. p. 486

⁵ *Catálogo de Incunábulo*s, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Ministério da Educação e da Cultura, 1956. Nota preliminar de Celso Ferreira da Cunha, Introdução de Rosemarie Erika Horsch, pp. 283-285.

⁶ Rosemarie Erika Horsch, na sequência das pesquisas que desenvolveu nesta biblioteca brasileira em particular durante a preparação do *catálogo* (referido na nota anterior) - escreveu um artigo para a revista *Prelo*, da Imprensa Nacional (Lisboa), onde defende tratar-se do mais antigo livro impresso em língua portuguesa.

⁷ Remete-se para José V. de Pina Martins e para o texto publicado no *Diário de Notícias*, de 25 de Maio de 1965. Oito anos depois, este historiador do livro veio a editar, em fac-símile, o *Tratado de Confissom*.

Enquanto o *Sacramental* e o *Tratado de Confissom* são obras em língua portuguesa, o *Pentateuco*, produto saído de uma das (porventura primeiras) tipografias hebraico-portuguesas implantadas neste recanto da península, é impresso com caracteres hebraicos⁸. Ele materializa – e é testemunho – (d)esse apego judaico à arte tipográfica, inclusive em Portugal. Dá conta do significado da preservação, em documentos escritos, da Lei do *Talmud*, de forma a que a palavra dos antigos sábios pudesse, ininterruptamente, ser transmitida de pais para filhos ao longo dos tempos, de sucessivas gerações.

O único exemplar que hoje se conhece deste *Pentateuco* (de Faro), encontra-se depositado na British Library, em Londres. É o primeiro grande marco da implantação das artes tipográficas hebraicas no nosso país no século XV.

Das primícias da acção tipográfica na Europa à vigilância censória

Vejamos, assim, como se implantou a tipografia em Portugal – acção em que desempenham inicialmente um papel primordial os judeus. Daí até à publicação do primeiro incunábulo (em caracteres hebraicos) na cidade de Faro, foi apenas um passo.

As artes tipográficas tornaram-se, logo a partir dos alvares da imprensa no século XV, tanto servidoras como *inimigas* da acção expansionista da Igreja. Por um lado, graças aos avanços registados nas artes tipográficas (que com Gutenberg haviam conhecido, entre 1440 e 1450, a *descoberta* dos caracteres móveis), passaram-se a editar obras de carácter bíblico em profusão. Mas foi também graças a essa mesma imprensa que os inimigos da própria Igreja, os autores hereges por assim dizer, passaram também a ser divulgados sem limite.

Essa foi uma das primeiras razões por que, para a Igreja – como sólido suporte do poder instituído – importava agir taxativamente nesse sentido. Impunha-se coagir aqueles autores, cujos métodos abusivos e prevaricadores, postos ao serviço da interpretação dos textos sagrados, punham a própria Igreja (e os seus dogmas) em risco. Era essa a função da censura, instituída no nosso país muito antes da implantação do Tribunal do Santo Ofício, e cuja acção já remonta – senão mesmo antes – à terceira década do século XIV, ao final do reinado de D. Dinis⁹.

⁸ Continua hoje a não se ter a absoluta certeza de qual a oficina de fundição em que foram produzidos os caracteres hebraicos utilizados em Faro por Samuel Gacon.

⁹ Vide Manuel Cadafaz de Matos, “Para a História da Imprensa e da Censura em Portugal nos séculos XIV-XVI”, in *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol.8, pp. 259-285 e vol.9, pp. 291-312, respectivamente saídos em Coimbra, em 1986 e 1987.

ראשית ברא

אלהים ארץ

השמים ואת

הארץ: והארץ

היתה תהו ובוהו

והחשך על פני

תהום ורוח אלהים מרחפת על פני

המים: ויאמר אלהים יהי אור ויהי אור:

וירא אלהים את האור כי טוב ויברל

אלהים בין האור ובין החשך: ויקרא

אלהים לאור יום ולחשך קרא לילה

ויהי ערב ויהי בקר יום אחד:

ויאמר אלהים יהי רקיע בתוך

המים ויהי מברל בין מים למים: ועש

אלהים את הרקיע ויברל בין המים

אשר מתחת לרקיע ובין המים אשר

מעל לרקיע ויהי כן ויקרא אלהים

לרקיע שמים ויהי ערב ויהי בקר יום

שני ויאמר

אלהים יקוו המים מתחת השמים אל

מקום אחד והתראה היבשה ויהי כן:

ויקרא אלהים ליבשה ארץ ולמקוה

המים קרא ימים וירא אלהים כי טוב:

ויאמר אלהים תרשא הארץ וישא

עשב מוריע ורע עין פרי עשה פרי

למינו אשר ורעו בו על הארץ ויהי

כן: ותוצא הארץ רשא עשב מוריע

ורע למינהו ועין עשה פרי אשר ורעו

בו למינהו וירא אלהים כי טוב: ויהי

ערב ויהי בקר יום שלישי:



ויאמר אלהים יהי מארת ברקיע ה

השמים להברל בין היום ובין הלילה

ויהי לארת ולמועדים ולימים ושנים:

ויהי למאורת ברקיע השמים להאיר

על הארץ ויהי כן: ויעש אלהים את

שני המארת הנדלים את המאור ה

הנדל לממשלת היום ואת המאור ה

הקטן לממשלת הלילה ואת הכוכבים

ותן אתם אלהים ברקיע השמים

להאיר על הארץ: ולמשל ביום

ובלילה ולהברל בין האור ובין

החשך וירא אלהים כי טוב: ויהי ערב

ויהי בקר יום רביעי:

ויאמר אלהים ישרעו המים

שרץ נפש חיה ועוף יעופף על הארץ

על פני רקיע השמים: ויברא אלהים

את התנינם הנדלים ואת כל נפש

החיה הרמשת אשר ישרעו המים

למינהם וארץ כל עוף כנף למינהו

וירא אלהים כי טוב: ויברך אתם

אלהים לאמר פרו ורבו וכלאו את

המים בימים ותעוף ירב בארץ: ויהי

ערב ויהי בקר יום חמישי:

ויאמר אלהים תוצא הארץ נפש חיה

למינה כבה ורמש ותיתו ארץ למינה

ויהי כן: ויעש אלהים את חית הארץ

למינה ואת הכבה למינה ואת כל

רמש האדמה למינהו: וירא אלהים

כי טוב: ויאמר אלהים נעשה אדם

בעלמנו כדמותנו וירדו בדגת הים

No caso concreto Portugal, situa-se já em 1324 (pelo menos) a primeira manifestação de defesa da Igreja e do poder instituído contra os vários perigos que os afrontavam ou contra esses ditos hereges. A censura pré-inquisitorial e a censura inquisitorial, depois, actuam, assim, cumprindo a *piedosa missão* para que foram criadas, salvaguardando os interesses da Igreja, antes de mais, e em sua consequência os interesses (aparentes?) da colectividade.

Pelo que se depreende de abalizados estudos sobre a censura levados a cabo por António Baião ou I. S. Revah, uma das motivações imediatas, para a reorganização da actividade censória fora em meados do século XV aquela descoberta de Gutenberg.

Autores como Henri-Jean Martin, Roger Chartier, José V. de Pina Martins e Artur Anselmo questionaram-se, em França e em Portugal, quer sobre a data efectiva da implantação das primeiras oficinas tipográficas na Europa Central, quer sobre as primeiras que passaram a actuar em Portugal.

Desde os anos cinquenta e sessenta do século XV, principiaram, com efeito, a proliferar as mais variadas oficinas tipográficas por toda a Europa, designadamente na península Ibérica. E a Igreja, zelosamente *militante* pela preservação dos dogmas do Cristianismo, não só vigiava com atento rigor – graças à sua apertada maquina censória – a produção dita herética como, mais do que isso, sempre que podia mandava queimar tais obras como os seus próprios autores, em pessoa ou em efígie. E isso passava-se, muitas vezes, pela via da teatralização, a encenação do auto-de-fé, incentivando as populações anónimas (iletradas por excelência) a cometerem contra tais intelectuais o maior somatório de atentados, que culminavam na maior parte dos casos com a própria morte dos mesmos.

Das primeiras tipografias com caracteres hebraicos em Portugal

Não se torna hoje muito fácil a elaboração de um rigoroso e exaustivo catálogo das obras impressas em Portugal, dado que, certamente, muitas delas não terão chegado até aos séculos mais próximos. É hoje possível, no entanto, estabelecer que as primeiras tipografias criadas neste recanto da Península estiveram associadas a famílias judaicas e laboraram com caracteres (móveis) hebraicos, pelo menos desde 1487.

Um dado porém a não esquecer é que, para o funcionamento dessas tipografias de caracteres hebraicos nesse ultimo quartel do século XV, se tornava imprescindível a observância de quatro vectores ou vertentes fundamentais:

- I uma técnica de grafismo – vocacionado também para a iluminura – capaz de responder as necessidades de ilustração dos textos, com frequente alusão aos textos bíblicos;
- II a existência de caracteres hebraicos (diversos conjuntos de caracteres importados de países onde esse modelo tipográfico estivesse mais avançado);
- III uma mão-de-obra (minimamente) especializada que, tanto num plano de impressão como de conceptualização e realização de grafismos, pudesse corresponder aos desejos e interesses dos editores;
- IV a existência de significativos stocks de papel – provenientes das fábricas já existentes em território nacional¹⁰ – com que se pudessem efectivar os respectivos trabalhos de impressão.

Detenhamo-nos, assim, sobre essa hipótese da importação, e consequente difusão nacional dos conjuntos de caracteres móveis hebraicos. É por demais sabido, com efeito, que as famílias judaicas que viviam em Portugal no século XV se dedicavam, em particular, ao comércio, transaccionando não apenas dentro das fronteiras do nosso território, mas com outras firmas sediadas em várias cidades da Europa como Toledo, Gibraltar, Paris, Livorno, Nápoles, Antuérpia, Bruges, Amesterdão, Roterdão e Hamburgo. Nessas cidades situavam-se então algumas comunidades judaicas, denotadoras de uma identidade cultural fortemente enraizada, de que chegou notícia até aos nossos dias.

Terá sido nas suas incursões comerciais ao estrangeiro que esses comerciantes judaico-portugueses e espanhóis terão trazido até à Península quer alguns conjuntos de caracteres móveis de impressão, quer os métodos de manufactura dos mesmos e, consequentemente, conhecimentos e técnicas acerca da rudimentar arte de impressão.

A introdução dos caracteres tipográficos em Espanha antecedeu, ao que se presume, em cerca de uma década, a verificada no nosso país. Assim, se o *Pentateuco* (algarvio) acabou de se imprimir em Faro – sob os cuidados de Samuel Gacon – em 30 de Junho de 1487, o marco de lançamento da primeira obra tipográfica em Espanha nesse tipo de carac-

¹⁰ Essas qualidades do papel, no entanto, chegavam também a Portugal (entrando por portos como os de Faro, Porto, Setúbal e Viana do Castelo), proveniente de regiões do ocidente europeu como da Galiza, norte de França, e da Itália mediterrânica. Ver, de Maria Manuel Fernandes Pinto Lares, *Para a História do Papel Português nos livros Impressos no século XVI*, Lisboa, dissertação apresentada na Universidade Católica Portuguesa no âmbito do Curso de Ciências da Informação, Lisboa, 1989.

teres se deveu a Solomon b. Moses b. Alcabiç Halevi, em Guadalajara, por volta de 1476 (e não em 1482 em que esse mesmo impressor editou, na mesma localidade, os *Comentários ao Pentateuco*, de David Kimchi).

O dado mais concreto de que hoje se dispõe, a este respeito, é apresentado, porém, na *Geschichte des Spanischen Fruhdruckes in Spanischen Früdruckes in Stammbaïmen*, de Konrad Haebler, onde se refere que já em 1483 o castelhano Alfonso Fernandez de Córdoba procedia ao fabrico de caracteres móveis hebraicos, porventura utilizados nas oficinas de Hijar e de Guadalajara.

Judeus portugueses impressores no nosso país e no exílio

No que respeita às primícias da arte tipográfica com caracteres hebraicos, produzidos estes por judeus portugueses no exílio ou em Portugal, importa reter, numa primeira análise, os nomes de Moses b. Shem Tob Ibn Habib e de Samuel Gacon. Ambos viveram em Portugal no último quartel do século XV, tomando, as suas vidas, a partir de um dado período, rumos diferentes dos da sua família espiritual do Algarve.

Moses Ibn Habib foi um poeta hebreu, filósofo, tradutor e gramático que nasceu no século XV em Lisboa¹¹, em data que não se torna possível precisar. Este autor terá vivido, ao que refere Posnanski¹², durante algum tempo no levante europeu. Esteve no sul de Itália, designadamente em Nápoles, vindo a morrer nos começos do século XVI.

Foi precisamente na cidade italiana de Nápoles que circulou em 1484 a sua gramática *Peraḥ shoshan*, preparada nesse ano (e sobre a qual trabalhamos, há alguns anos, na British Library de Londres, seguindo registos de Amzalak¹³). Esta obra, em sete secções, cada uma dividida em vários capítulos, foi iniciada em 23 de Sivan A. M. 5244, no calendário hebraico (16 de Junho de 1484) e terminada em 27 Kislev A. M. 5244 (15 de Dezembro daquele ano).

Quanto ao outro judeu português atrás referenciado, Samuel Gacon, ele já se situa, com mais precisão, nos primórdios da arte tipográfica portuguesa¹⁴ em território nacional. Samuel Gacon, cuja data de nas-

¹¹ Moses Bensabat Amzalak, *Portuguese Hebreu Grammars and Grammarians*, Lisboa, 1928, pp. 10-11.

¹² S. Posnanski, *Jewish Encyclopedia*, vol. VI, p. 125.

¹³ Vide Moses Amzalak, *A Tipografia Hebraica em Portugal no Século XV*, Lisboa, Academia das Ciências, 1941, pp. 1-4.

¹⁴ No campo de autores judaico-portugueses que se auto-exilaram neste período, conta-se Ibn Yahia Ben Solomon que nasceu em Lisboa em 1440. Autor de uma gramática, *Leshon Linnundim*, optaria mais tarde por partir (em data que não se tornou possível precisar) para Constantinopla, onde veio a falecer em 1506.

cimento também não conhecemos, não teve de optar pela via do exílio. Sabe-se, apenas, que no ano de 1487 vivia em Faro. Foi precisamente nessa cidade que, em 30 de Junho desse mesmo ano – três anos depois de Ibn Habib ter feito divulgar em Nápoles a sua gramática – concluiu a edição do *Pentateuco*¹⁵ que se considera ser a *primeira obra impressa em Portugal em caracteres hebraicos*¹⁶.

Da impressão (em 1487) do *Pentateuco*

Desde os anos 80 do século passado que se tem tentado estabelecer uma teoria das ligações dos principais núcleos tipográficos espanhóis do último quartel do século XV com outros existentes, quer em Portugal (sobretudo em Faro, Lisboa e Leiria) quer no Norte de África (onde, a partir do século XV, floresceram também importantes comunidades judaicas provenientes de Espanha e do nosso país). Embora não se possa ainda admitir correctamente a sua região de origem, na zona arábico-andaluza, não podemos deixar de lembrar que é sensivelmente neste período da edição do *Pentateuco* – ou seja, cinco anos depois, por altura do decreto de expulsão dos judeus de Espanha – que parte para o Norte de África o grande teórico e humanista Yossef Alachkar, dito EI-Rkyese – que depois de 1502 se estabelece em Tlemecem, onde desenvolve obra intelectual assinalável, no estudo da *Bíblia* e do *Talmud*.

Samuel Gacon (em Faro), David Kimchi e Solomon Al-Kabi (em Guadalajara) e Yossef Alachkar (em Tlemecem, no Norte de África), afiguram-se-nos, assim, peças importantes de um mesmo *puzzle* que importa desmontar, reconstituir a analisar até as suas mais ínfimas partes constituintes.

De Samuel Gacon chegou até aos nossos dias a primeira obra de que há notícia ter sido impressa em Portugal. Trata-se de um trabalho que se nos apresenta em 110 fólios, com composição de 30-32 linhas.

Tendo, no nosso país, sido primeiramente divulgada a sua existência por Proença e Anselmo¹⁷ a notícia da sua existência já havia, no

¹⁵ José V. de Pina Martins *Tratado de Confissom*, ed. cit. (1973), p. 12.

¹⁶ O “único” exemplar que se conhece do *Pentateuco* é, segundo Amzalak (op. cit.) o que se encontra depositado na British Library Museum, Londres. Sobre esta obra trabalhamos na capital britânica nos anos 70, altura em que formulámos a intenção de a divulgar em edição fac-similada por altura do seu quinto centenário. Também Leão Fernandes, “O Livro e o Jornal em Goa”, in *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, Pangim, 1935-1936, cap. 1. Introdução, p. 44, refere, a tal propósito, conhecer que “o ‘único exemplar’ conhecido guarda o British Museum, de Londres”. Também Alberto Iria chamou a atenção (em conferência na Academia das Ciências em 1983) para a necessidade de uma nova edição do *Pentateuco* de Faro.

¹⁷ Proença e Anselmo, *Bibliografia dos Incunábulo Portugueses*, 1920.

entanto, sido feita, segundo nos adverte Artur Anselmo, nas *Origens da Imprensa em Portugal*, por Steinchneider, entre 1852 e 1860.

O *Pentateuco* (de Faro), cuja realização tipográfica se concluiu em 30 de Junho de 1487, foi impresso precisamente um mês depois de ser editada em Itália, nas oficinas de Francesco del Tuppo, a obra *Apologia* de Picco della Mirandola. Não pode, porém, ainda hoje considerar-se como provada documentalmente a hipótese de António Ribeiro dos Santos de os caracteres tipográficos móveis hebraicos terem inicialmente chegado a Portugal provenientes de Itália¹⁸.

Dos três núcleos de produção hebraica quatrocentista portuguesa (Faro, Lisboa e Leiria)

O *Pentateuco* de Faro constitui, como é sabido, a primeira obra editada em caracteres hebraicos no nosso país. Quanto ao *Sefer Abudraham*, ou seja *Novas da Lei* ou *Comentários sobre o Pentateuco*, de Moses ben Nahman, esse é “o primeiro livro impresso na capital portuguesa em caracteres hebraicos” e já conta com uma reedição, em fac-símile, no nosso país¹⁹.

Marque ou não essa edição o início de uma venturosa época (porém de não muito longa duração) de intensa actividade dos impressores hebraicos em Portugal, sabemos que ela se expandiu entre nós na década de 1487-97 por diversos outros pontos do país. Assim, e mesmo que em 1489 (pelo testemunho de Pina Martins) ou porventura em 1488 – a confirmar-se a hipótese de Rosemarie Erika Horch em relação ao *Sacramental* – já laborassem em Portugal tipografias com caracteres em lín-

¹⁸ José V. de Pina Martins, *Cultura Italiana*, Lisboa, Editorial Verbo, 1971, p. 208. Francesco del Tuppo terminou a sua edição da *Apologia*, de Giovanni Pico della Mirandola, precisamente em 31 de Maio de 1487. Curiosamente António Ribeiro dos Santos, apresentou, já há várias dezenas de anos – acerca da vinda de caracteres hebraicos de Itália para o nosso país – esta hipótese: “Ela [a tipografia] nos veio transplantada da Itália, e por mãos dos Hebreus, que eram os únicos naqueles tempos que a estabeleciam e propagavam por toda a parte, porquanto os Judeus, maiormente os alemães da cidade de Spira, que haviam passado à Itália, tinham levantado os seus primeiros prelos nas cidades de Socino (*sic*), de Piobe (*sic*), de Pesaro, de Bolonha e de Ferrara; e destes vieram alguns a Portugal, para onde muito os atraía e convidava a grande quantidade que cá tínhamos de Judeus estrangeiros e nacionais e a esperança do grosso lucro que lhes prometia o muito fervor com que então se tratavam os estudos de literatura sagrada nas sinagogas deste Reino”. – In António Ribeiro dos Santos, *Memórias da Literatura*, Lisboa, Academia das Ciências, p. 17.

¹⁹ José V. de Pina Martins, *Para a História da Cultura Portuguesa do Renascimento – A Iconografia do Livro Impresso em Portugal no Tempo de Durer*, Lisboa, Lysia Editores e Livreiros, 1972, Apêndice Documental, gravura 2. Desta obra, *Comentários ao Pentateuco*, procedemos em 1989, como atrás referimos, a uma nova edição, em fac-símile (Edições Tavola Redonda).

gua portuguesa como a de Chaves, é facto provado que neste período a tipografia hebraica conhecia já uma significativa fase de implantação entre nós.

Faro pode hoje, como efeito, orgulhar-se – justificadamente – de ter sido o berço da primeira Imprensa hebraica portuguesa e, daí, o local de realização da mais antiga obra – em caracteres hebraicos – de que (até agora) há notícia na História da Imprensa no nosso país.

Não restam hoje dúvidas – depois das desenvolvidas pesquisas de Artur Anselmo (e contrariando o que escrevera Joshua Bloch) – que Samuel Gacon e Samuel Porteiro foram uma única e mesma pessoa. Tal não invalida que Offenbergh – no índice final de *Hebrew Incunabula* (p. 187) – tenha distinguido Samuel Gacon de Samuel Porteiro, referindo que o segundo imprimiu em Faro até por volta de 1496. Nessa altura os seus filhos levaram o prelo (ou componentes do mesmo) para Pesaro, em Itália (onde, segundo Artur Anselmo sobreviveram “*vestígios de caracteres tipográficos*” da sua oficina “*na qual só havia tipos quadrados de dois tamanhos, embora as vogais-pontos só apareçam na matriz maior*”). Também elementos da mesma família dos Gacon foram descobertos por Joshua Bloch em Constantinopla.

A cidade de Leiria, por sua vez, foi testemunha, em 1496, da publicação do *Almanach Perpetuum celestius motuus*. Foi esta obra escrita pelo judeu e astrólogo Abraão Zacuto, destacada figura na corte de D. Manuel²⁰. Importa, pois, que também aqui se estabeleça o *rol* de publicações surgidas em cada um dos núcleos tipográficos judaicos portugueses nesse último quartel do século XV.

I – Faro

1. 1487 – *Pentateuco* (Samuel Gacon)
2. 1492(?) – *Talmud Babilónico*. Comentário de Rashi (Samuel Gacon)²¹.
3. 149.4 – *Tratado do Divórcio* (Samuel Gacon)²².

²⁰ Vide Armando Carneiro da Silva, art. “Almanaques e folhinhas conimbricenses”, in *Arquivo da Bibliografia Portuguesa*. Ano I, 1955, p. 13. O *Almanach Perpetuum*, segundo Artur Anselmo, “documenta a (única) impressão gótica saída dos prelos hebraicos” (*op. cit.*, ed. de 1983, p. 116).

²¹ Esta obra é referenciada (além da grande maioria de todos os outros bibliógrafos) por Artur Anselmo, *op. cit.*, p. 88.

²² Esta obra é descrita (com reprodução, em fac-símile, de um dos fólios), in Amzalak, *A tipografia hebraica em Portugal no Século XV*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922, pp. 20-21, Estampa II.

II – Lisboa

1. 1489 – *Novas da Lei ou Comentários ao Pentateuco*, de Moses ben Nahman (Eliezer Toledano)²³.
2. 1489 – *Comentário à Ordem das Orações*²⁴, de David Abudarham (Eliezer Toledano).
3. 1490(?) – *Livro de Orações* (Eliezer Toledano)²⁵.
4. 1490(?) – *Caminhos do Mundo*, de Josué Levi.
 - 4.1. idem – *Livro do temor*, de Ionah Gerondi.
 - 4.2. idem – *Segredos da Penitência*, de Ionm Tovb (os três trabalhos, reunidos num só volume, da responsabilidade também de Eliezer Toledano?).
5. 1491 – *Pentateuco*, em versão de Onkelos e com comentário de Rashi (Eliezer Toledano).
6. 1492 – *Provérbios de Salomão*. Comentário de David Bem Salomão ibn Iaachia (Eliezer Toledano).
7. 1492 – *Isaiás e Jeremias*. Comentário de David Kimchi (Eliezer Toledano)²⁶.
8. 1492(?) – *Leis da Matança*, de Moses ben Maimon (Maimonides) (Eliezer Toledano?)²⁷.

²³ No colófon desta obra, que é apresentado por Artur Anselmo (in *op. cit.*, secção “Registo Catalográfico”, afirma-se: “...por um homem justo e pobre, R. Elieser, que, entre as balanças (*i.e. prensas*), trabalhou e imprimiu a Lei com o *targum* e o comentário de R. Salomão que é a luz dos olhos. Acabou-se em Lisboa, no ano de 251 (= 1491), no mês de Av, adicionando (*aos* 251) três mil e dois mil (3000 + 2000 + 251 = 5251). Seja Deus, que O assistiu, exaltado com harpas, órgãos e címbalos”.

²⁴ No colófon deste *Comentário à Ordem das Orações*, de David Abudarham, refere-se, designadamente: “Impresso em Lisboa, no meio da qual esta situada a sinagoga que é o amparo e a mãe de todas as principais sinagogas”.

²⁵ Do *Livro de Orações* temos conhecimento directo do espécime existente no Seminário Teológico Judaico de Nova Iorque (de que foi bibliotecário Menahem Schmelzer). Veja-se a respeito desta obra hebraica (e outras). Herrmann Mezer in “Incunabula”, *Encyclopaedia Judaica*, Jerusalem, Keter, 16 v., 1971, vol. 8, col. 1319-1344. Deve-se a Artur Anselmo (in *op. cit.*) a primeira referência desta obra em edição portuguesa.

²⁶ No colófon desta obra refere-se, designadamente: “Impresso em Lisboa, em casa do sábio R. Eliezer, no ano *Ele voltará radiante de alegria, com as suas gavelas* (Salmos, 126, 6), segundo a Criação”.

²⁷ Sobre este pensador judaico medieval remetemos para *Maimónides y su época*, com introdução de David Romano, em particular o capítulo “Las obras rabinicas de Maimónides”, Córdoba, 1986; artº. “Maimónides”, por R.D.B., in *Enciclopedia de la Cultura Española*, tomo IV, Madrid, Editora Nacional 1967, pp. 174-175. Este tratado sobre as *Hilkhot Shechitali* (Leis sobre o Abate Ritual de rezes) presumivelmente em 1492, contém, na expressão de Artur Anselmo “os preceitos da degola dos animais de acordo com as instruções do Talmud” (*op. cit.*, ed. 1981, p. 262).

III - Leiria [prelo da família Ortas ²⁸]

1. 1492 – *Provérbios de Salomão*. Comentário de Menahem ha-Meiri e Levi ben Gershom (Samuel d’Ortas e filhos) ²⁹.
2. 1494 – *Profetas Primeros*. Comentários de Levi ben Gershom e Davi Kimji (Samuel d’Ortas e filhos) ³⁰.
3. 1495 – *Caminhos da Vida*, de Jacob ben Asher (Abraão d’Ortas).
4. 1496 – *Almanach perpetuum celestius motuus*, de Abraão Zacuto.

A estas obras judaico-portuguesas do século XV poder-se-ão acrescentar, no entanto, ainda alguns “*fragmentos de outros espécimes*” que, segundo A. Anselmo “*podem ter sido impressos em Lisboa e Leiria entre 1490 e 1495*”. Entre tais trabalhos contar-se-ão, seguramente, alguns já referenciados em 1971 no censo geral de incunábulo hebraicos organizado por Herrmann Mezer.

Outra conclusão que será lícito tirar é que, nos dois últimos decénios do século XV, enquanto em Faro se destacava a acção tipográfica desenvolvida por Samuel Gacon, em Lisboa se notabilizava, nesse mesmo contexto a de (entre outros) Eliezer Toledano. Este último, no primeiro ano da sua actividade entre nós (1489), fez editar obras como a já referida *Novas da Lei* ou *Comentário ao Pentateuco* e *Comentário à Ordem das Orações*, a última das quais, segundo Amzalak, foi adquirida no começo da década de vinte, pela Biblioteca Nacional de Lisboa, na Alemanha.

Poder-se-ia concluir, ainda, que na tipografia judaica de Leiria – e algumas investigações entretanto já realizadas apontam que ela se situaria não muito longe do castelo da cidade e numa ruela a que tais oficinas chegaram mesmo a dar o nome – Samuel d’Ortas terá sido o grande “obreiro” neste tipo de actividade. Tal *mester*, afinal, passá-lo-ia depois (ao que era tão frequente no espírito corporativo da época)

²⁸ Sendo hoje certo que Samuel d’Ortas teve filhos que (também) se dedicaram às artes tipográficas, há quem defenda a tese de que ele (o impressor de *Provérbios de Salomão*) e Abraão d’Ortas (o impressor do *Caminho da Vida*) são uma e a mesma pessoa, que se chamaria precisamente Samuel Abraão d’Ortas.

²⁹ No colófon desta edição dos *Provérbios de Salomão* afirma-se: “Executado na oficina impressória do honrado Dom Samuel d’Ortas, num país distante... com a ajuda do seu hábil filho Abraão (e à custa do) Samuel Kolodro. Acabou-se no primeiro dia do mês de Av (= 25 de Julho)... no ano E eles chegarão a Sião com Júbilo (Isaías, 51, 11) ...”

³⁰ No colófon desta edição dos *Profetas Primeiros* refere-se: “Por ordem textual de pessoas eminentes e das autoridades residentes na comunidade de Lisboa, cidade feliz sob todos os aspectos, a composição pelos três irmãos, dos quais o pai e o chefe e rei, na vila chamada Leiria, situada na margem do rio do mesmo nome. Acabou-se no ano de (5)254..., na terceira semana do mês de Shevat, perícopata sabática de Mishpatim”.

aos seus próprios filhos. Desconhecemos, no entanto, o laço de parentesco – estrito embora, é certo – entre Samuel d’Ortas (responsável em 1492 pela edição dos *Provérbios de Salomão*) e Abraão d’Ortas que em 1495 (três anos depois, portanto), fez sair dos seus prelos a obra *Caminho da Vida*. Será que Abraão era pai de Samuel e incutiu a este – bem como a outros filhos – os segredos, o rigor e o “cuidado” da sua Arte?

Tivesse também em Leiria a produção tipográfica hebraico sido mais ampla (ou não) do que hoje se conhece, é um facto que aí os impressores, à semelhança do que sucedia em Lisboa e em Faro, sentiram uma natural e justificada inclinação para editar e, sobretudo, comentar o *Pentateuco*.

Nesses fins do século XV era naturalmente seguida, pela sua importância, a *Bíblia dos Setenta*. Assim, também os judeus exegetas – segundo o testemunho de Joaquim Carreira Marcelino das Neves³¹ – estavam em crer que “os 72 anciãos, reunidos por Ptolomeu como o fim de traduzirem o Pentateuco, actuavam sob o carisma da inspiração divina. Filão de Alexandria diz explicitamente que os tradutores dos LXX não são apenas tradutores, mas “*hierophantes et prophetes*”: “*ces hommes qui ont pu suivre par des expressions transparentes la pensée si pure de Moïse*”. Esta tradição é conservada no “*Talmud Babilónico*”.

Tendo debatido exaustivamente esta problemática, Carreira das Neves acaba por concluir que os LXX não são apenas uma tradução, mas também uma recriação e interpretação do original hebraico. Também é verdade que o Novo Testamento usa destas interpretações para exprimir o mistério de Cristo. Mas nunca esqueçamos que os LXX são antes de mais uma actualização do original hebraico com um fim bem determinado: consolar os fiéis, os pobres, os justos e a diáspora judaica e levar-lhes a certeza da próxima redenção do jugo inimigo e dos mais judeus que o dirigiam.

Admite-se que só nas três cidades de Faro, Lisboa e Leiria tenham estado activas, numa primeira fase, essas mesmas tipografias hebraicas. Pode concluir-se, assim, que da região do litoral tais técnicas – e consequentemente as acções daí resultantes – passassem a ser dirigidas para o interior do país, presumivelmente entre 1488 e 1495. Nesse modelo de penetração técnico-cultural desempenharam, em particular, um decisivo papel, a um nível endogâmico e a um nível exogâmico, três intervenientes precisos: o rico comerciante judaico; o almocreve (inicialmente ligado, também, ao culto judaico); e o aristocrata em viagem.

³¹ Joaquim Carreira Marcelino das Neves, OFM, *A Teologia da Tradução Grega dos Setenta no livro de Isaías*, (cap. 24 de Isaías), Coimbra, 1973, pp. 278-280.

Quanto ao *rico comerciante judaico*, esse indivíduo (ou grupo) está associado, a nosso ver, à importação das primeiras “impressoras”, rudimentares, já se vê. Ele estava motivado, antes de mais, pela mira do lucro. A introdução do *novo* aliciava-o a agir nesse sentido, com as “portas” verdadeiramente franqueadas³².

Um lugar não menos decisivo ocupou, então, sobretudo num contexto de ruralidade, o almocreve. Era ele – e alguns estudos de especialistas como Humberto Baquero Moreno atestam nesse sentido – o grande elo de ligação intercomunitária, ligando espaços urbanos a espaços rurais e vice-versa.

O almocreve – para além dos produtos de comércio (utilitário doméstico) que transportava, designadamente, azeite, tecidos, botões ou, ainda, *novas* técnicas como rudimentar o fogão de barro, uma forma primitiva de tesoura e agulhas, etc. – é também um elemento intermediário e de propaganda, difusão ou *contágio*. Não era ele, apenas, que transportava as *novas*, como também divulgava o conceito de novo, ao nível das novas técnicas surgidas.

O almocreve desempenhou também, de facto, um papel decisivo no que respeita à chegada do livro à aldeia. Falamos da micro-comunidade regional, onde a população era, na sua esmagadora maioria, analfabeta. A *cultura da escrita* sobrepunha-se, assim, a uma arcaica cultura oral-empírica e que muito tardaria a ser suplantada. É evidente que esse atraso se deveu, fundamentalmente, à histórica falta de medidas tendentes à alfabetização popular.

O terceiro componente a que atrás fazíamos referência é o *aristocrata em viagem*. Ele fazia chegar ao interior do país – sobretudo junto da *aristocracia reinante*, descentralizada, nos contextos da ruralidade da época – durante as suas incursões de tipo comercial ou de mero carácter recreativo (designadamente venatório), como *prolongamento* da sua cultura, diversas obras de imitação dos clássicos, tais como as de Marco Túlio Cícero ou de Séneca³³. Tais obras *normalizavam*, por vezes, a conduta social do nobre, disciplinava a sua actividade em termos de vida pública – num plano de exercícios em comunidade, como os jogos, os

³² Os judeus tiveram uma particular preponderância em negócios do reino e, também, na benéfica introdução de novas técnicas, designadamente no que respeita à tipografia e ao primeiro fabrico de papel. Nesta época de transição da Idade Média para o Renascimento, a arte tipográfica – e outras formas de arte – contribuíram, ao que é sabido, para a introdução do ideal do Renascimento no nosso país. Importaria, a nosso ver, continuar a estudar em pormenor hoje o que concerne à introdução no nosso país dessas mesmas técnicas científicas e artísticas.

³³ Vide, por exemplo, as edições do Infante D. Pedro, em pleno século XIV, XV, intituladas o *Livro da Virtuosa Bemfeitoria* (a partir de *Beneficiis*, de Séneca) ou o *Livro dos Ofícios* (a partir de *Officii*, de Cícero).

torneios, as partidas recreativas – ou em privado, inclusive no que respeita à educação dos filhos nobres, à maneira de se comportar à mesa, de negociar um casamento, ou falar ao coração de uma donzela.

A penetração das tipografias judaicas no interior do país

Ao longo da última década do século XV, a acção tipográfica judaica, nas cidades de Faro, Lisboa e Leiria foi sendo, gradualmente, objecto de intensificada vigilância. Já nos primeiros tempos do reinado de D. Manuel, mesmo antes do tão conhecido decreto, de 1496, da expulsão do povo judaico, a *gente de nação* passou a sentir não só as mais vivas represálias, como a mais acesa perseguição.

À semelhança do que sucedia em Lisboa, também nas judiarias das cidades do sul do país, como Évora, Beja e Faro, essa perseguição não deixou de ser uma afrontosa realidade. Estamos em crer que foi na sequência de tal situação que os filhos de Samuel Gacon Porteiro partiram de Portugal para o levante, mais concretamente para Itália e Constantinopla. E, ignorando-se também se o pai daqueles técnicos partiu com eles, pode hoje afirmar-se, no entanto que, à semelhança do que já no século XIII fora Moses ben Nahman, também Samuel Gacon foi um editor do *Talmud* com os olhos postos no Oriente.

Para aqueles que em 1495 ainda não tinham partido, a perseguição era efectivamente feroz. Isso verificava-se, pelo menos, na cidade de Évora, o que levou a Rainha D. Leonor a escrever uma carta – datada de 24 de Outubro desse ano e dirigida a D. Fernando de Castro, Conde de Lemos e Trastâmara – em que incumbia aquele dignitário “*de proteger a comuna judaica, então ameaçada de expoliações e violências*”³⁴.

Em relação à vida dos judeus, nesses últimos decénios do século XV, em Beja e Faro, ela decorreria também – à semelhança do que se verificou em relação à comunidade eborense – em moldes de uma manifesta segregação ou, mesmo, ao nível de uma automarginalização. Existe documentação apropriada que permite estabelecer, para esse período, um nítido traço de união entre a comunidade judaica de Beja e a de Faro. Mais importante que isso é, porém, o facto de se poder admitir – embora a falta de documentos precisos nos impeça de o afirmar categoricamente – identificação de um tal “Gagim Judeu morador” da cidade de Faro, com Samuel Gacon (ou Porteiro), impressor do Pentateuco, na mesma cidade, em 1487.

³⁴ Oliveira Caetano e José Alberto Seabra Carvalho, in *Frescos Quinhentistas do Paço de S. Miguel*, Évora, 1990, p. II.

Esta hipótese de identificação foi aventada, pela primeira vez, por Alberto Iria, um dos mais distintos investigadores da História do Algarve, na conferência “Os Judeus no Algarve medieval e o Cemitério Israelita de Faro do século XIX, História e Epigrafia...”³⁵, pronunciada em 24 de Novembro de 1983 na Academia das Ciências de Lisboa.

Segundo Alberto Iria “em Beja, a 9 de Novembro de 1489, el-Rei D. João II confirmava a Abraão Alegria, morador em Faro (faarão), a carta de aforamento que, nesta vila algarvia, lhe fizera Fernão de Espanha, contador da Casa Real e, por *especial mandado régio*, contador neste Regno do algarue, em 8 de Agosto de 1488”.

Neste aforamento, Fernão de Espanha fez saber

que por díuida que huu manuel (?) gagim Judeu morador na dita villa deuia ao dito Senhor [Rei] da parte que teue das Remdas do Amoxarifado da dita vylla o anno passado de lxxxiiij^o (sic) lhe toram tamadas (sic) huuas casas que por ello tinha dadas a fiamça da dita Remda ho dito anno o dito abraão elegria (sic) seu cunhado.

“Metidas estas casas em pregão, só Abraão Alegria licitou, pelo que lhe foram aforadas por 400 reais de foro anual, enfatiota, a pagar em Janeiro, já no ano de 1489”, sublinha ainda o autor de “Os Judeus no Algarve medieval”...

As casas estavam localizadas na própria “Judaria” (sic), as *quaes* [casas] *estam dentro da judaria da dita uilla E partem com casas de jsaque tolledano e com casas de Joham de dios e com Rua pruuica...*

Mas Abraão Alegria ficou com a obrigação de pagar *bem e despachadamente vinte Reaes de prata destes de vinte Reaes o Real que fazem catorze e cimco oytauas e huua homça por dia de Janeiro em cada huu anno...*

Este aforamento – constante do *Livro II de Odiana*, a fl. 217 v.^o – feito em Faro por Fernão Gonçalves, porteiro dos contos por Fernão Vieira, seu escrivão.

É plausível, na óptica de Alberto Iria (e corroborando a opinião expressa por Artur Anselmo) que Samuel Gacon, já referido, “tivesse também exercido em Faro as funções de porteiro dos Contos, por nomeação régia que, infelizmente, não chegou até nós”.

Estas são algumas das considerações que se nos oferecem, respeitantes quer à implantação da tipografia em Portugal, no último quartel do século XV, quer às primeiras tentativas de “pôr a circular” pelo interior do país, o *produto cultural* que é o livro, resultante do labor desses mesmos artífices (tipógrafos hebraicos, ou de credo judaico).

³⁵ O texto desta conferência veio a ser publicado no tomo XXV das *Memórias das Ciências de Lisboa* (Classe de Letras), Lisboa, pp. 293-534 (ver em particular, pp. 320-332).

Assumiu, de facto, uma enorme importância para a cultura portuguesa de fins da Idade Média e do Renascimento a introdução da Arte tipográfica em Portugal, por intermédio da impressão de obras como o *Pentateuco*, em 1487 em Faro. A esta comunidade estiveram, aliás, ligadas várias famílias judaicas, até há poucas décadas atrás.

II.

Os comentários ao Pentateuco (Lisboa, 1489)

Foi essa mesma motivação que levou, em 1489, os judeus, estabelecidos em Lisboa, a imprimir a mais antiga obra que se conhece, *Novas da Lei* ou *Comentários ao Pentateuco*. Ou, ainda, a motivação daqueles impressores cristãos que, nesse mesmo período, imprimiram, em linguagem, o *Sacramental* (1488?), ou o *Tratado de Confissom* (1489), da primeira das quais trataremos de seguida.

O filósofo hebraico de Castela, Moses ben Nahman (11-1270)

Dois anos depois da edição, em Faro, do *Pentateuco*, já se encontrava uma utensilagem tipográfica judaica também em Lisboa. Esta, em breve, passou – sob a tutela de Mestre Eliezer Toledano, na capital do reino, a fornecer obras em hebraico à comunidade local (e as outros membros do povo eleito que o pretendessem).

De Moses ben Nahman, um dos mais proeminentes pensadores judaicos hispânicos da Idade Média, é, com efeito, a obra intitulada *Hidushei Ha-Tora*, isto é, *Novas da Lei* ou *Comentários ao Pentateuco*. Considera-se este livro como o mais antigo impresso em Lisboa, nas oficinas de um compositor judaico, Eliezer Toledano. Foi terminado em data que, no calendário hebraico, corresponde a 18 de Av 5249 (no calendário cristão, 16 de Julho de 1489).

Tal livro, curiosamente, foi dado à estampa apenas 23 dias antes do mais antigo livro (de *colophon* datado) impresso em língua portuguesa, o *Tratado de Confissom*, concluído precisamente, em Chaves, em 8 de Agosto do mesmo ano. Deste, José V. de Pina Martins produziu uma cuidada edição anastática, não muito tempo após a sua descoberta³⁶.

Importa situar, assim, os *Comentários ao Pentateuco* (a partir daqui simplificaremos o nome da obra nestes termos) nos primórdios da im-

³⁶Tratou-se de uma edição, em fac-simile, do exemplar que pertenceu ao Dr. Miguel Gentil Quina - e hoje integra as colecções da Biblioteca Nacional de Lisboa - com leitura diplomática e estudo bibliográfico por aquele professor da Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.

במדבר סיני



במדבר סיני

אחר שבחר תערת הקרבות בספר השלישי התחיל
עשה למדד בספר הזה המצות שנצטוו בענין אהל
מוועד וכבר הזכיר על טומאת מקדש וקדשיו לזכור
ועתה יגדל את המצות במדבר כאש קבוצ
הר סיני בהיות הכבוד שם וזה והזר הקרב וימנע
כאשר אינן שם סקול וסקל וזה ולא יבאו לראות
ככלע את הקדש ומעט כאשר הזכיר שם פן יקרבו
אל לראות וכל מינע רב וזה ושמירת ארץ
משמרת הקדש ואת משמרת המזבח כאשר אינן
וגם הכהנים הקבשים אל יתקדשו והקדשם וקדשם
אל יקדשו והנה עתה איך יקום משמרת המשכן
וכלו ואיך יקום ספר וימנע קדש מרחוק והקדשם
הקבשים אל יאריך יתקדשם בחסות ובשאת אמות ומנה
יעשו במשמרת ואל ימנעו למקדש וכבר לו כמו
שאימרו איים דומה למדדן מלך שיש לו שומרי
למלכין שאין לו שומרים וקספ זה כלו במעשה
שעה שנצטוו בהן בעצמם במדבר ובנסיס הנעשים
להם למען כל מעשה אל קבול אשר עשה עמם
להפלא וספר פן יחל לתת חיותם למעלה להרב
ועתה איך תחלק הארץ להם ואין בספר הזה מעשה
מקדש לזכור ולתת קדש מעשה בעצמם הקרבות
שמתחיל בהם בספר הכהנים ולא נשלש צאורם
שם והשלש בספר הזה

סדר במדבר סיני

בענין ספרים במצות השמים והיוכל שהיו בהר
סיני חור ואין כאן שהיו קדש זה באהל מועד
כל הדברות אשר קיבל מן ה' באהל מועד ויקרא וכן
יקרא כל מלאך ואיך באהל מועד פן מעשה הקדש
המשכן ויקרא אל מלאך מועד לא נדבר לו אל
משם והזכיר כאן במדבר סיני לחזור שלא נסע
משם עד שנצטו פן המעשה קדש במדבר מואב
והזכיר באהל מועד כל יוצא צבא צבא מואב
שאין יוצא לצבא פחות מן עשרים שאלו את ראש
צב ישראל כמו שאמר לקוסטניר ארזים רשיה דין
לרשי ורשיה שיהיה קטע בזבוע שיהיה חזק
למלחמה בפחות מעשרים וכן שאמר בן עשרי
לדוןף אהל יתכן שיהיה פן כל יוצא צבא כל היוצא
להקל בעדה פן הנערים לא יקלו בתוך קדש פן
כל חסיפת עם הקרא צבא וכן לצבא צבא בענין
אהל מועד ישוב מצבא העובד במדבר אהל מועד
אשר צבאו וכן צבא השמים וכל צבאם עויתי ולבן
יפדש באנשי המלחמה מצבא המלחמה והתחמס
בצבא המלחמה ואין כאן כל יוצא צבא כדרך כל
יוצא שער עשרו ואין לצבאותם שהם צבאות רבות
פן לכל שבט יש צבא גדול והלשון שכתב רשי כמי
שאמר לקוסטניר ארזים רשיה דין לא נדבר לו
למען דרשו אותם לגדלי אס מעט שמע במדבר
ובמען לוי נאמן פקוד את צב לוי לפי שלא היו בכל
גזרה והלא במען שש של בתי הארץ נאמן כן שאו
את ראש כל עדת צב ישראל אהל באגדה של ויקל
רבא דורש להבין איך שאו אל לאונגדול כמו דבת
ישא פרעה את ראשך והשיבך על כנר אינן קנה
לשרא נתינו לבס תלוי ראש ודמיתי אתהם לו כשם
שיש לו תלוי ראש על כל בתי עולם שנאמר לך אל
המלחמה והמית נשא לכל לראש אף לבס עשיתי
תלוי ראש נשא שחו את ראש כל עדת צב ישראל
לקיים מה שאל וינס קול לעצמו וכן הוא אומר ונתקד
אל אהלך עליון על כל בני הארץ ושוב מצאתי במדבר
סיני דבא שאמר אינן לו פנים אל אידי מה כתב

prensa hebraico-portuguesa em caracteres móveis. Antes desta edição, com efeito, apenas ainda tinha sido dada à estampa em território nacional (e continuando a pairar largas dúvidas se o *Sacramental*, em língua portuguesa, datará de 1488, pois não é conhecida a sua folha de *colophon*) o já referido livro em caracteres hebraicos, o *Pentateuco* (saído os prelos de Samuel Gacon, em 30 de Junho de 1487³⁷).

Destes *Comentários...*, já estudados por diversas ocasiões, sabe-se que existem mais exemplares do que até aos idos anos 80 se julgava crer. Offenberg, em carta que nos dirigiu, regista existirem exemplares desta obra nas seguintes colecções:

Amsterdão, UB, BRos 1(-3 ult. ff) (Burger; IDL)
 Berlim (Ocid.), SB I(VB; Schmitt)
 Budapeste, BN 1(-) (IBH)
 Cambridge, Clare CL 1(-) (Cohen; Goldstein)
 Cambridge, UL 2(1-, var) (Cohen; Oates; Goldstein)
 Cambridge, Mass., HCL, HoughtL 1(-) (Goff)
 Chicago, NewbL 1(-) (Goff)
 Cincinnati, HUCL I(-fl) (Marx; Goff)
 Copenhaga, KB 2(1-26ff; I frag de If) (Madsen)
 Francoforte/M., StUB I(Fr.; Ohly-Sack)
 Jerusalém, JNUL 3(1-1f) (TishbyIsr)
 Jerusalém, Schockinst 1(-74ff) (TishbyIsr)
 Leninegrado, BAcad, InstOrSt 2(1-9ff; 1-) (Wiener; Chwolson; Jakerson)
 Lisboa, BN 1(-) (BibIPort; Anselmo; Sul Mendes)
 Londres, BritL 1(2ff *esq.*) (Zedner; Pr.; STC*Sp-Port*; Goldstein)
 Londres, JewsCL 1(-) (Wild; Goldstein)
 Londres, ValmTr I(p.c.)
 Moscovo, Lenin B 2(Kiselev; Verusalimsky; Jakerson)
 New Haven, YaleUL 2(-) (Goff)
 Nova Iorque, HispSocAm I(Goff)
 Nova Iorque, JTSL I(Goff)
 Nova Iorque, NYPL I(Goff)
 Nova Iorque, PML 1(Goff)
 Nova Iorque, YeshUL 1(Goff)
 Otava, NLCan I(Hill)
 Oxford, BodlL 2(St.CB; Pr.; Cowley; Goldstein)

³⁷ Através de um extenso artigo, publicado nas páginas do *Diário de Notícias*, precisamente em 30 de Junho de 1987, ant cit. (p. 25), intitulado *Pentateuco de Faro, editado por Samuel Gacon, primeiro livro impresso em Portugal completa hoje meio milénio*, procuramos chamar a atenção para a importância da actividade daquele tipógrafo hebraico na cidade. O Governo Civil de Faro tomou, por nossa proposta, a seu cargo a tarefa de fazer uma edição fac-similada desta obra (através de microfilme do exemplar existente em Londres) em 1991.

Oxford, ChrChurchL 1(Goldstein)
Paris, BMaz 1(p.c.)
Paris, BN 1(-5ff) (Adler; CIBN)
Parma, BPal I (Tamani *Parma*; IGI)
Filadelfia, RosFound I (Goff)
Piacenza, BC 1(-) (Tamani *Piacenza*; IGI)
Provo, BrYoungUL 1(Goff)
Reggio Emilia, BM 1(-) (IGI)
Roma, BApostVat 1(Tishby *Vat*)
Ruão, BM 1(Doublet)
San Juan, CasadLibro 1(-) (Goff)
São Marino, HuntL I(-)(Mead; Goff)
Estrasburgo, BNU I(Catane)
Turim, BN 1(Artom; IGI)
Upsala, UB I(Coljnl *Upsala*)
Varsóvia, ZydlnstHist 1(Weil)
Vila Viçosa, Paço Duc 2(1-) (BiblPort; Peixoto; Anselmo) (exemplar por nós seguido em 1989, no essencial).
Washington, LC 1(Goff)
Zurique, ZB 1(-) (p.c.).

Estudiosos da Imprensa hebraica portuguesa

Não pode hoje analisar-se a importância dessa histórica edição (hebraica) lisboeta de 1489, sem se recorrer a três obras de portugueses que permitem esclarecer alguns dados sobre a Imprensa judaico-portuguesa, em particular no século XV. Trata-se de estudos publicados por António Ribeiro dos Santos, de 1792; de Freire Mateus de Assunção Brandão, de 1827; e de Moses ben Amzalak, de 1922³⁸.

Os autores que, no entanto, levaram mais longe, o estudo do trabalho desenvolvido na península pelo judeu Eliezer Toledano (que poderá muito bem ser o mesmo que se denomina Eliezer ben Alantansi) foram José A. Moniz, em 1913 e Artur Anselmo, em 1981³⁹. Ambos se

³⁸ Ver, do primeiro, “Memórias da literatura sagrada dos judeus portugueses, desde os primeiros tempos da monarquia até aos fins do século XV”, in *Memórias de Literatura Portuguesa, da Academia das Ciências de Lisboa*, t. 2, 1972, pp. 236-414; do segundo, “Memória sobre o Pentateuco impresso em Lisboa em 1491”, in *História e Memórias da Academia Real das Ciências, Lisboa*, t. 10, parte primeira, 1827, pp. 141-150; e do terceiro, *A tipografia hebraica em Portugal no século XV*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922.

³⁹ Do primeiro desses autores é o título *Lições de Bibliologia - A Imprensa em Hespanha no Século XV (Notas Subsidiárias)*, Lisboa, Guimarães Editores, 1913 (agradecemos a cedência deste opúsculo raro ao Dr. Cunha Leão); do segundo é o trabalho *Origens da Imprensa em Portugal*, edição ant. cit. (1981).

preocuparam, com efeito, em analisar com rigor as origens da acção tipográfica desse hebreu hispânico.

Enquanto José A. Moniz se debruça apenas – até pela especificidade da sua obra – sobre a acção de impressores como Eliezer ben Alantansi, Artur Anselmo procede a um sólido enquadramento dos impressores (designadamente hebraicos) que laboraram em Portugal, mas chamando também a atenção para o meio cultural em que actuaram e para os autores que deram a conhecer através dos seus prelos.

Artur Anselmo regista, nesse estudo, que o talmudista Moses ben Nahman, natural de Gerona, actuou nesse século XIII na península, em condições muito específicas (já) de um certo isolamento ou segregacionismo. E sublinha esse facto nestes termos:

Tudo contribuiu para reforçar a ideia de que os artífices judaicos se fecharam a qualquer influência do exterior, fosse pela escolha dos temas e autores, fosse pelas características técnicas do seu trabalho manual. Este isolamento, esta visão uniforme do mundo, este enquistamento, apenas podem explicar-se à luz das próprias tradições hebraicas e da fisionomia, internacional e estável, do mercado que interessava aos editores ⁴⁰.

Tendo nascido (como já se disse), na cidade de Gerona, Moses ben Nahman – o autor destes *Comentários ao Pentateuco* com que se iniciou a acção tipográfica judaica na cidade de Lisboa – veio a este mundo no ano de 1194. Tal verificou-se no ano em que governava o reino de Portugal D. Sancho I e precisamente no ano em que este doou aos cavaleiros de S. João do Hospital a terra de Guindintesta (que, segundo Joel Serrão, se viria a chamar Belver).

Nas suas primícias intelectuais, naquela cidade, o jovem Nahman foi discípulo dos conhecidos talmudistas Meir ben Natan de Trinquetaille e de Judah ben Yakar, estudando também Filosofia e Medicina ⁴¹. A sua obra foi polifacetada, circulando desde muito cedo em manuscrito pelas principais comunidades judaicas da península – e também por outras integradas em territórios que são a Itália, França e Alemanha – até à sua morte em 1270 ⁴².

⁴⁰ Artur Anselmo, *op. cit.*, pp. 91-93.

⁴¹ Estes dados sobre o perfil intelectual de Moses ben Nahman colhemo-los de José Maria Millás Vallicrosa (antigo professor catedrático da Universidade de Barcelona), que, em 1940, publicou *La Poesia Sagrada Hebraico-Española*, cujo capítulo VIII se detém, em grande parte na sua obra e, também, na *Enciclopédia Judaica*, bem como na *Enciclopédia Universal Ilustrada Europeo-Americana*, Espasa-Calpe, t. XXXVII, s/d.

⁴² A data da morte de Moses ben Nahman não beneficiou do consenso de vários investigadores que se dedicaram ao estudo da sua obra. David Gainz aponta o ano de 1260. Segundo

Até à *invenção* da imprensa em caracteres móveis – o que, ao que é sabido, só se verificou em meados do século XV na Europa por Gutenberg – a obra de Moses ben Nahman circulou entre os eruditos hebraicos, nesse período de cerca de 200 anos, em conhecidos códices, a maioria deles identificados e conservados em diversas bibliotecas europeias. Tal permitiu, com efeito, que esses seus trabalhos fossem objecto de aprofundados estudos como o que lhe votaram outros judeus como o português Abraão Zacuto, no livro *Sefer Yuhasin*.

A obra de Nahman pode ser analisada – como o é realmente pelos hispanistas⁴³ – em algumas vertentes muito específicas: a do tradicionalista conservador, a do rabino, a do apologista e a do *desterrado* (ou, ainda, na esfera da sua ligação à Catalunha).

Não nos detendo aqui, em pormenor, sobre cada uma dessas componentes, não podemos deixar de frisar, no entanto, que é considerada de significativa importância a acção que exerceu como rabino. Nessas funções ele *tentou ser o mediador, o conciliador entre a tradição e o racionalismo; entre as escolas francesas, capazes de produzir somente torafistas e a buliçosa mentalidade dos israelitas do delicioso país de Sefarad...*⁴⁴. Neste sentido contribuiu para a adaptação do aristotelismo ao talmudismo, síntese essa realizada em particular por Maimónides, de quem Nahman foi discípulo.

Graças aos códices, contendo escritos de Moses ben Nahman, é hoje possível aos hebraístas estabelecer as vertentes essenciais da obra daquele pensador hispânico do século XIII. Os seus textos, com efeito, continuavam a interessar a comunidade judaica de Lisboa nesse último quartel do século XV, ambiência sociocultural esta que foi estudada com rigor por Maria José Pimenta Ferro Tavares⁴⁵.

A espiritualidade cabalística do geronense

As obras de Nahman podem, hoje, ser estudadas nos seguintes campos: *poéticas, comentários bíblicos, glosas talmúdicas, obras haláquicas e, finalmente, obras de controvérsia e apologética*. Destas áreas duas, a nosso ver, interessam em particular: as de natureza *poética*, por retratarem, de

Aboab ele teria morrido, porém, em 1267 e, segundo outros, em 1270, a data que se afigura mais provável.

⁴³ É essa a óptica seguida pelo hebraísta que preparou o extenso estudo para aquela enciclopédia espanhola acima referenciada.

⁴⁴ *Enciclopédia Universal...*, tomo referido, p. 919.

⁴⁵ Remete-se para Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Os Judeus Portugueses no Século XV*, Lisboa, 1980.

uma forma que cremos ser das mais fiéis, a base humana da sua formação intelectual e, por outro lado, os *comentários bíblicos*, por ser nessa área que se posiciona a obra impressa por Eliezer Toledano, em Lisboa, em 1489.

Uma parte da obra poética de Moses ben Nahman tem uma vincada carga *cabalística*, no sentido científico do termo aplicado por Gersholm Scholem⁴⁶. Como aliás observou, judiciosamente, José Maria Millás Vallicrosa, uma das poesias de Nahman, a intitulada *Mustayab* (por exemplo), *está influenciada pela cabala, doutrina professada pelo seu autor*⁴⁷.

Eis uma das passagens mais significativas desse poema:

*El irradió a fin de descubrir lo que estaba oculto, / ya a la diestra parte ya a la siniestra, / desde las altas surgentas*⁴⁸, *que descenden / de la piscina / de la emisión*⁴⁹ *hacia el jardín del Rey*⁵⁰.

Nahman – que contou com esclarecidos discípulos como Selomó B. Ishaq Girondi – escreveu, além deste poema, outros bastante conhecidos como a oração intitulada *Rosh ha-Senáh*, ou seja do Ano Novo. Esta poesia religiosa veio a conhecer uma particular divulgação pela Europa, sendo traduzida, pelo menos, para inglês e alemão⁵¹. Em toda essa produção poética – e é essa característica que importa, quanto a nós, reter – ressalta sobretudo o erudito também *terreno*, muito humano, interessado em servir a comunidade (judaica) a que pertence.

A parte que porventura neste momento mais interessa captar da obra intelectual – no âmbito da espiritualidade –, desenvolvida por Nahman no seu rabinato foram, porém, os seus comentários bíblicos. Situa-se, aí, a obra indicada com o título *Biur* ou *Pirux al há-Torah*, que um hebraísta espanhol, na *Enciclopedia Universal*, salienta ser o *Comentário ao Pentateuco*, indicado por Artur Anselmo pelos termos também hebraicos de *Hidushei Ha-Tora*.

Trata-se de uma obra manuscrita que, nos finais do século XV – pela

⁴⁶ Veja-se, de Gersholm Scholem, *La Cabala*. A componente cabalística da poesia de Nahman foi também analisada por Scholem, in *Almanach des Schocken Verlags, auf das Jahr, 5696*, 1935-36, p. 88.

⁴⁷ José Maria Millás Vallicrosa, *op. cit.*, p. 325, n. 121.

⁴⁸ Ou seja, *as almas*. Estas, como as duas notas interpretativas que se seguem, são de Millás Vallicrosa, *op. cit.*, p. 325 (n. 121).

⁴⁹ Ou seja, “pleroma”, ou *matéria primeira*. Alusão à criação (*Genesis*). *Pleroma* é, segundo Manuel Augusto Rodrigues, um termo grego que pode ter vários significados, como por exemplo, *plenitude*.

⁵⁰ Ou seja, mundo terreno.

⁵¹ Ver, em particular, Zung, *Litteraturgeschichte der Sinagogale Poesie* (obra apontada na *Enciclopédia Universal*, tomo e art. cit., p. 919).

importância que tinha, como *guia espiritual*, no seio das comunidades judaicas (essencialmente no Ocidente), – passou logo a seguir ao aparecimento da prática tipográfica europeia com caracteres móveis, a ser impressa na maioria das cidades onde viviam judeus. Este *Comentário ao Pentateuco* foi publicado, com efeito, antes de 1480, em Roma⁵², vindo algum tempo depois a ser impresso em Lisboa e também em Nápoles⁵³.

Poderemos questionar-nos sobre o ano ou, pelo menos, o período em que Moses ben Nahman escreveu esta sua obra. Artur Anselmo refere que tal se verificou *no fim da sua vida*⁵⁴. Este investigador aponta, também, as circunstâncias em que se enquadra a produção da mesma, bem como os interesses dominantes que apresentava junto dos seus destinatários:

*O comentário de Nahmanides tem um objectivo didáctico preciso: esclarecer o espírito de quantos, vogando ao sabor das andanças do exílio e das convulsões do povo hebraico, sentiam dificuldade em interpretar correctamente os passos bíblicos recitados nas sinagogas. Considerando a Tora como fonte de todo o conhecimento, Nahmanides procura o sentido exacto dos textos, na sua dupla forma de preceitos legais e exposições dos mitos hebraicos (halakhah e agadah); as narrativas bíblicas surgem não apenas como registo do passado mas também como linhas premonitórias do futuro*⁵⁵.

O impressor Eliezer Toledano é o mesmo que Eliezer Alantansi?

Detenhamo-nos, ainda, sobre alguns aspectos relativos à vida e obra daquele que materializou, em Lisboa, nesse ano de 1489, a impressão dos *Comentários ao Pentateuco*, de Nahman. Uma questão que continua por esclarecer diz respeito ao facto de se saber se Eliezer Toledano, de origem castelhana, e Eliezer ben Alantansi, um físico, mas que também foi impressor em Hajar (Espanha), foram um único indivíduo. Artur Anselmo, em 1981, procurou fazer um ponto da situação das pesquisas até então já feitas por vários autores no respeitante a esse problema.

⁵² Sobre a edição deste incunábulo romano remete-se para *Short-title Catalogue of Books printed in Italy and of Italian Books printed in other countries from 1465 to 1600 in British Museum*, Londres, 1958 (obras impressas em Itália); e Rossi, *Annales hebraeo-typographici* (século XV), 1795.

⁵³ Art. “Nahman”, in *Enciclopedia Judaica*, Jerusalém, Keter, 1971.

⁵⁴ Artur Anselmo, *op. cit.*, p. 269.

⁵⁵ Idem, *ibidem*. Artur Anselmo regista, ainda, que a obra de Nahman, de grande penetração psicológica e crítica – nomeadamente ao analisar o comportamento dos Patriarcas – foi a primeira a recorrer à *Cabala* – (como aliás, documentámos numa anterior passagem referente à sua obra poética), para fundamentação dos *Comentários ao Pentateuco*.

O autor de *Origens da Imprensa em Portugal* frisou, com efeito,

*Certos autores pretendem que (...) são a mesma pessoa, o que explicaria o facto de na última produção dos prelos de Hajar (Pentateuco, 1490) já não figurar o nome de Eliezer e de esta oficina hebraica ter fechado então as suas portas*⁵⁶.

E Artur Anselmo conclui que a identidade, já pressentida por Haebler nos começos deste século, é também sugerida, por exemplo, por Herrman Mezer, já nos começos da década de 70, embora sem tomar posição definitiva⁵⁷.

Do que se sabe de Eliezer Toledano é que nasceu em Espanha e foi proprietário de uma tipografia em Lisboa, onde terá iniciado a sua actividade tipográfica em 1489. Esses seus trabalhos ter-se-ão iniciado aqui, com efeito, precisamente com a impressão da referida obra de Moses ben Nahman. A sua permanência oficial nesta cidade poderá ter-se verificado até 1492. Dos seus prelos saíram, para além dessa obra:

- *Comentário à Ordem das Orações*, de David Abudarham (ainda em 1489);
- um *Livro de Orações* (1490);
- *Caminhos do Mundo*, de Josué Levi, *Livro do Temor*, de Ionah Gerondi, e *Segredos da Penitência*, de Ionm Tovb (E. Toledano?, 1490);
- *Pentateuco*, versão de Onkelos e comentários de Rashi (1491);
- *Provérbios de Salomão*, com comentário de David ben Salomão ibn Iachia (1492?);
- *Isaías e Jeremias*, com comentário de David Kimji (1492); e *Leis da Matança*, de Maimonides (1492?)⁵⁸.

Não se sabe o que aconteceu a Eliezer Toledano depois de 1492. Artur Anselmo refere que é provável que se tenha instalado em Fez, no Norte de África. Já mais seguro é que

*parte do material tipográfico de Eliezer Toledano foi parar às mãos de Judah Gedaliah (seu empregado), o qual viria a utilizá-lo, a partir de 1515, na oficina que montou em Salónica (...) Na oficina de Eliezer Toledano havia caracteres quadrados de três tamanhos e rabínicos de um só corpo*⁵⁹.

⁵⁶ Artur Anselmo, *op. cit.*, pp. 122-123.

⁵⁷ Ver, a propósito, Konrad Habler, *Tipografia ibérica del siglo XV*, Leipzig, 1902, pp. 43-44; e Herrman Mezer, *Incunabula*, in *Enciclopedia Judaica*, Jerusalém, Keter, 1971, vol. 8, col. 1325. Vide, ainda, Gabrielle Sed-Rajna, in *Lisbon Bible - 1482*, Br. Lib. Or 2626, Nahar-Miskal, 1988 (introd., p. 21): (...) Eliezer Toledano (probably identical with the physician R. Eliezer ben Alantansi who left Toledo for Lisbon around 1488).

⁵⁸ Artur Anselmo, *op. cit.*, p. 88.

⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 125-126.

Admitindo-se que este *toledano* e Eliezer ben Alantansi fossem uma mesma pessoa, sabe-se hoje, no entanto, um pouco mais sobre os caracteres utilizados no seu plantel tipográfico. José A. Moniz, referindo-se em 1913 a essa presumível segunda identidade daquele *oficial* hispânico, comenta, com efeito, que na produção desses caracteres interveio um tal Alonso Fernandez, de Córdoba. Aquele, escrevia ainda este investigador português (do princípio de novecentos)

*era ourives de prata, fundira novos caracteres, julgando-se serem dele os tipos mais perfeitos das impressões de Hajar, notáveis pela sua beleza, fabricados por este artista cristão, que se encontrava emigrado por ter sido condenado à morte, e que viera alistar-se ao serviço do livreiro Salomão Ibn-Kabiz*⁶⁰.

A mais antiga edição – em livro impresso com um plantel de caracteres móveis (hebraicos) – concluída na cidade de Lisboa em 16 de Julho de 1489 é, a todos os títulos, um marco na história da Imprensa portuguesa que convirá conhecer melhor⁶¹.

III.

A Vita Christi (Lisboa, 1495) da proveniência presum. mogunciana à edição incunabular portuguesa

Uma outra obra que importa ser aqui considerada, é a *Vita Christi*, texto claramente medieval na ideologia da sua produção, difundida pelas técnicas de impressão, também em Lisboa, em 1495.

Este trabalho importa ser perspectivado em duas vertentes fundamentais. Há que apreciar, por um lado, o enquadramento da mesma na esfera do pensamento do pietismo medieval e, por outro, os ecos de difusão da mesma quer no contexto da formação da aristocracia por-

⁶⁰ José A. Moniz, *op. cit.*, p. 17. O mesmo autor refere, ainda, que nos tipos desta fundição não existem os sinais indicativos das vogais (pontos diacríticos), havendo quatro espécies de tipos de diversos tamanhos, sendo três quadrados e o quarto de forma rabínica. Sendo assim – e comparando com a expressão (atrás reproduzida) de Artur Anselmo, referindo-se a “caracteres quadrados de três tamanhos e rabínicos de um só” – sublinha que esta poderá ser mais uma prova a juntar à tese que defende de esses dois judeus hispânicos serem uma única pessoa.

⁶¹ Um esforço no sentido de se conhecer melhor esta obra de Moses ben Nahman é a edição *Comentary on the Torah: Ramban (Nachmanides)*, tradução de Charles B. Chavel, Nova Iorque, Shilo, 4 vols., 1971-1975, uma edição crítica baseada nos manuscritos e primeiros textos impressos. Ver, também *The Commentary of Nahmanides on Genesis*, chapter 1-6:8 tradução de Jacob Newman, Leiden, Brill, 1960.

tuguesa quatrocentista e quinhentista, quer nos aspectos da sua difusão na gesta da expansão lusíada por terras da Ásia e das Américas.

Em 1495 – meia dúzia de anos depois da edição em hebraico dos *Comentários do Pentateuco* (também na capital, como atrás se viu) – teve lugar o início da actividade tipográfica de inspiração cristã. Foi nesta cidade, com efeito, que saiu impressa a obra de Ludolfo Cartusiano ou de Saxónia, *Vita Christi*, em quatro partes.

Trata-se inequivocamente de uma obra perpassada pelo espírito e pela *forma mentis* medieval. Para uma percepção rigorosa do conteúdo desta obra piedosa importa, porém, saber-se recuar até à História as Ideias do período em que a mesma foi redigida, ou seja, até meados do século XIV.

O seu autor, Ludolfo, tudo indica que foi natural da Saxónia (como o seu nome parece indicar). Ele optou, provavelmente desde muito cedo, pela vida religiosa e a sua existência e encontra-se documentada, pelo menos entre c. 1295 e 1377.

Não sabemos, ao certo, nem quem foram os mestres medievais que, de uma forma decisiva, mais contribuíram para a sua *forma mentis*, nem, tão pouco, qual o período em que terá partido da Saxónia para Estrasburgo.

É conhecido porém, com mais segurança, que em determinado período optou por ingressar na Ordem da Cartuxa. E, por outro lado, que ao redigir esta obra *Vita Christi*, não se encontrava na cidade de Argentina, isto é Estrasburgo, pertencendo também então – ao que tudo indicia – à referida Ordem. Isso apesar da expressão – aposta no cólofon da *Quarta Parte* com que se iniciou a edição portuguesa da obra – onde constam estes dizeres:

*Ho qual liuro compos ho venerable meestre Ludolfo prior do moesteyro muy honrrado de argentina, da ordem muy excellente da cartuxa e foy tirado segundo a ordem da hystoria evâgelical.*⁶²

Existem fortes indícios de probabilidade de que a *Vita Christi*, de Ludolfo de Saxónia, tenha sido redigida, com efeito, durante um largo período de vivência deste membro da Ordem da Cartuxa, na cidade de Mogúncia.

O Pe. Augusto Magne, do Brasil – um dos mais credenciados estudiosos e editores desta obra medieval – estabeleceu, com efeito, a propósito do original (ainda não encontrado) deste trabalho:

⁶² O texto do presente cólofon da *Vita Christi*, *Quarta Parte* (consultado por nós, no original, existente na BNP) é também reproduzido por Artur Anselmo, *Les Origines de l'Imprimerie au Portugal*, edição franc^a. ant. cit. (1983), p. 158.

O autógrafo, desaparecido, era provavelmente conservado na Cartuxa de Mogúncia, para onde Ludolfo de retirou depois de resignar, em 1348, o priorado de Coblença e onde é verosímil que comporia seu livro.

Importa referir, deste modo, que a produção do códice matricial dessa obra terá ocorrido naquela cidade germânica de Mogúncia, que virá (c. de um século depois), afinal, a ser o berço (*cuna*, de incunábulo) da História da Imprensa na Europa, a partir de c.1445-1450, pelas mãos de Gutenberg e de Fust.

Poderá referir-se, de igual modo, que para a produção desta sua obra Ludolfo de Saxónia deveria dispor, nesse seu convento de Mogúncia, de uma bem apetrechada biblioteca. Na redacção deste vasto trabalho o autor recorreu, com efeito, a uma larga soma de fontes pois ele referencia aí (mesmo que indirectamente) alguns dos mais pertinentes códices medievais, com testemunhos dos mais variados desde Santo Agostinho a S. João Crisóstomo.

Registe-se que, por meados do período quatrocentista, também nessa cidade João Gutemberg e alguns dos mais esclarecidos técnicos que o acompanhavam também dispunham nessa cidade, como homens de cultura que eram, de uma bem apetrechada biblioteca. É de concluir, assim, que entre o século XIV e meados do século XV Mogúncia – que foi um centro intelectual de assinaláveis proporções (pelos trabalhos de índole diversa ali produzidos) – contava também (entre outras mais) com esta importante biblioteca da Ordem da Cartuxa, que muito aproveitou a este monge, Ludolfo⁶⁴.

Da necessidade de uma clara destrição entre a entidade-encomendado do traslado e a entidade-encomendante da edição impressa

Entremos mais especificamente, na matéria da preparação do *traslado* desta obra em Portugal e na sua consequente edição incunabular. Não pode deixar de se estabelecer, aqui – por necessária e esclarecedora – uma destrição entre a entidade-encomendante desse *traslado* para a língua portuguesa daquela obra deste monge da Ordem da Cartuxa⁶⁵

⁶³ Ludolfo Cartusiano, *O Livro de Vita Christi em Lingoagem Português, edição fac-similar e crítica do incunábulo de 1495 cotejado com os apógrafos* (2 vols.), edição do Pe. Augusto Magne, S.J, em particular in vol. I, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1957, p. IX.

⁶⁴ É de nossa autoria um vasto trabalho, “Para o estudo das fontes cristológicas de Ludolfo de Saxónia, no século XIV germânico (o poder de selecção e de síntese de um hermeneuta medieval)”, produzido nos finais da década de oitenta, quando trouxemos do Rio de Janeiro os dois volumes da edição, aliás rara, do Pe. Augusto Magne, da *Vita Christi*.

⁶⁵ De assinalar que a Ordem da Cartuxa (de natureza contemplativa) tinha sido fundada em França, por S. Bruno, na Chartreuse, em 1084.

e a entidade-encomendante da respectiva edição de 1495, de que trataremos mais adiante.

Há a assinalar, por outro lado, que, na preparação do *traslado* da *Vita Christi*⁶⁶ – ou seja, na sua versão do latim para a língua portuguesa – os responsáveis por esse empreendimento (sem dúvida que colectivo) operaram a vários níveis e em vários ritmos.

Um aspecto a ser tomado em linha de conta é o facto de serem alguns religiosos – da Ordem e Cister mas, também, da Ordem Franciscana (estes, essencialmente, nos cuidados de uma atenta revisão dos materiais impressos, a partir dos códices originais alcobacenses) – que se esforçaram por levar a bom termo a respectiva versão em língua portuguesa desta obra piedosa. Apenas algumas décadas depois essa tradução daquele trabalho – após uma cuidada revisão e consequente preparação final dos textos para edição – saiu impressa.

Da preparação original (em traslado do latim) desta obra presumivelmente de produção germânica

A crítica contemporânea, através de contributos variados, já estabeleceu que os códices utilizados na produção da edição impressa lisboeta, de 1495, da *Vita Christi*, são de matriz cisterciense, ou seja, tiveram a sua origem em versões (a partir do latim) estabelecidas no mosteiro da Alcobaça, da Ordem de Cister, a partir de meados do século XV.

D. Manuel II, como reputado bibliógrafo – na pegada do que escrevera Fortunato de Almeida – também se interessou por esta questão do *traslado* português do livro de Ludolfo de Saxónia.

Fortunato de Almeida, registou, primeiramente, que aquele autor germânico medieval nascera cerca de 1300 e faleceu c. de 1370. Salientou, por seu lado, que a tradução desta obra

parece que foi começada por Fr. Nicolau Vieira, e depois foi continuada por Fr. Bernardo de Alcobaça, que a concluiu em 1445.

O mesmo historiador deixa ainda, em nota, o registo que *Fr. Nicolau Vieira nasceu em 1418; foi abade do mosteiro de Maceiradão, e em 1461, quando tinha vinte e cinco anos de hábito, foi eleito abade do*

⁶⁶ Remete-se acerca desta obra para o trabalho de Artur Anselmo (para além de *Origens da Imprensa em Portugal*, de 1981), “L’activité typographique de Valentim Fernandes au Portugal (1495-1518)” (separata de *L’Humanisme Portugais et l’Europe*), Paris, Centre Culturel Gulbenkian, 1984.

*mosteiro de Alcobaça, e confirmado em Roma a 20 de Maio do mesmo ano*⁶⁷.

Perante estes dados é possível estabelecer – como o fez o jesuíta Augusto Magne (por sua vez baseado também em informações do cronista Fr. Francisco Brandão) – que

a tradução da Vita Christi pelo mui pobre devirtude D. Abade do mosteiro de S. Paulo (nos arredores de Coimbra) foi terminada em 22 de Janeiro de 1459.

Aventa, por outro lado,

*a hipótese de Frei Bernardo haver revisto, quando abade de S. Paulo*⁶⁸, *a sua própria versão de 1445 – hipótese inteiramente plausível, mas que a perda irremediável dos documentos alegados nunca permitirá tirar a limpo*⁶⁹...

Chegaram até aos nossos dias, com efeito – encontrando-se hoje depositados nos *Fundos Alcobacenses* da Biblioteca Nacional de Portugal – os códices essenciais que estiveram na base desta histórica edição impressa em língua portuguesa. Existe, com efeito, uma nítida distinção entre o códice CDLXXVII / 219 e os códices CCLXXIX-CCLXXXI / 451-453, ali existentes.

Quanto ao primeiro – com que em 1495 (presumivelmente em Março) se iniciou a composição tipográfica desta obra – trata-se da “Quarta parte da *Vida de Cristo*... Tradução portuguesa de Fr. Bernardo, monge de Alcobaça... letra gótica cursiva de duas mãos, dos fins do século XV”⁷⁰.

Quanto aos códices restantes e referentes a esta mesma obra medieval, eles são referenciados, no mesmo *Inventário*, da seguinte forma: “Primeira, segunda e quarta partes da *Vida de Cristo*... traduzidas em português por Fr. Bernardo, monge de Alcobaça. 3 cód. em pergaminho... letra gótica de várias mãos, mas na maior parte do mesmo Fr. Bernardo de Alcobaça (século XV, 1445-1446?)”⁷¹.

⁶⁷ Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, p. 341; D. Manuel II, *Livros Antigos Portuguezes...*, vol. I (de III), Londres, Maggs Bros., 1929, p. 51.

⁶⁸ Já no colófon da *Quarta Parte da Vita Christi* também está claramente expressa a menção “Ao muy pobre de virtudes Dom abade do moesteyro de sam paullo”.

⁶⁹ Pe. Augusto Magne, S.J., edição ant. cit., em particular in vol. I, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1957, p. XIII.

⁷⁰ Remete-se para *Inventário dos Códices Alcobacenses*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1930, n.º 219, pp. 183-184.

⁷¹ *Inventário* ant. cit., n.ºs. 451-453, pp. 421-424.

Algumas considerações sumárias e precisas sobre a entidade-ordenante do traslado

Os dados em presença permitem que tracemos, aqui, também algumas considerações em torno da entidade-ordenante dos *traslados* dos códices conhecidos (desta obra), dos quais chegaram registo até aos nossos dias.

Quanto aos códices alcobacenses da *Vita Christi*, com efeito, já deixámos a cabal notícia (mesmo que sumária). Augusto Magne, por seu lado, também ele deixou bem claro que a versão impressa em Lisboa, em 1495 da obra foi feita a partir dos referidos códices alcobacenses. O erudito jesuíta sublinha que ela foi

*feita a pedido da Infanta D. Isabel, duquesa de Coimbra e senhora de Montemor, mulher do regente D. Pedro, irmão del-rei D. Duarte e tio de D. Afonso V, foi terminada em Dezembro de 1446*⁷².

Essa informação é, aliás, corroborada pelos dizeres apresentados no cólofon desta *Quarta Parte* impressa em 1495 – e uma vez mais esta passagem é bastante esclarecedora sobre as condições materiais em que decorreu essa produção textual – quando se refere, com efeito, que o texto do presente tratado piedoso

ho ...mandou tresladar de latym em lingoagem portugues a muyto alta Princesa infanta Dona ysabel, Duquesa de coymbra, e senhora de montemoor.

A questão é, porém, um pouco mais complexa, na medida em que estes historiador brasileiro faz alusão, também, que de uma das várias cópias da referida obra de Ludolfo Cartusiano se

*serviram os monges alcobacenses a que devemos a tradução portuguesa.; a (uma) outra, mandada fazer em 1444 pelo regente D. Pedro (e pela Duquesa Isabel, sua esposa), refere-se um documento citado por Fr. Fortunato de S. Boaventura, em sua História da Abadia de Alcobaça, Lisboa, 1827, p. 81*⁷³.

Esta questão é tanto mais complexa na medida em que – logo na *Parte Quarta* da *Vita Christi*, (com que se iniciou em 1495 a impressão da dita obra em Lisboa) – se registava aí, claramente, no cólofon, que “a mandou tresladar de latym em lingoagem portugues a muyto alta Princesa infanta Dona ysabell, Duquesa de coymbra. E senhora de montemoor”.

Cremos, assim, serem pertinentes algumas interrogações a este propósito. Por ser D. Isabel, Duquesa de Coimbra, pretender-se-á – por

⁷² Augusto Magne, introdução à referida edição brasil^a. da *Vita Christi* (vol. I, 1957), p. XI.

⁷³ Augusto Magne, *op. cit.*, introdução (vol. I, 1957), p. X.

mera associação (embora com contornos de subjectividade) – *colar* esta figura (de patrocinadora do *traslado*), bem como a consequente produção textual alcobacense, também ao mosteiro de S. Paulo que existiu perto de Coimbra?

Tratar-se-ão, final, de fontes codicológicas distintas, as que estiveram em mãos de Frei Bernardo de Alcobaça e a que integrou a coleção pessoal do Infante D. Pedro e de sua esposa?

Por outro lado, no caso de se tratar de duas obras distintas em código – como pretendeu Augusto Magne – os revisores Franciscanos do mosteiro lisboeta de Xabregas, no período específico da pré-impressão, recorreram ao cotejo ou confronto dessas duas fontes codicológicas na realização do seu trabalho? Tudo indica que sim.

Da entidade-encomendante da impressão obra de Ludolfo Cartusiano (1495)

Após estes esclarecimentos e interrogações partamos, assim, da figura ou entidade-encomendante do *traslado* da obra de Ludolfo de Saxónia para a entidade-encomendante da edição impressa de 1495 propriamente dita. Este trabalho editorial específico – com três partes em vida do monarca e uma última, *post mortem* – foi inequivocamente patrocinada pelo monarca João II e pela Rainha D. Leonor.

Há um aspecto iconográfico que, a seu modo, documenta esta faceta específica. Na portada da *Quarta Parte* – mas, também, nas da *Primeira*, *Segunda* e *Terceira* – encontram-se publicadas, na parte superior da mesma (e lado a lado) duas gravuras com as Armas Reais de Portugal, respectivamente as de D. João II e as da Rainha D. Leonor.

Os trabalhos tipográficos da *Vita Christi* estiveram, como é bem sabido, a cargo de Nicolau de Saxónia e de Valentim Fernandes de Morávia. O segundo destes, depois de uma permanência em Évora, chegou à capital do Reino em fins do ano anterior.

Tratava-se de uma obra de vasta informação bíblica, só que, neste caso, sendo sobre a vida de Cristo, é de inspiração novitestamentária. Esta edição ocorria, por sinal, dois anos antes de na cidade do Porto, ser impressa, por Rodrigo Álvares, a obra atribuída a Guillaume de Paris, *Evangelhos e Epístolas*⁷⁴ (uma das duas que assinalam a introdução da actividade tipográfica naquela cidade duriense).

⁷⁴ *Evangelhos e Epístolas*, edição em fac-símile (a partir do exemplar existente na BNP), acompanhada de um estudo de nossa autoria, Lisboa, Centro de Estudos de História do Livro e da Edição – CEHLE (2 vols.), 1998.

Importa assinalar que esta obra de Ludolfo de Saxónia tinha saído impressa, não muito tempo antes, em 1478 e 1483, na Alemanha, mais precisamente em Nuremberga, pelas mãos do tipógrafo Antonius Koberger. Algum tempo depois passou a ser impressa também em Castela. Nessa edição peninsular, em Valência, há a registar o facto de, segundo o historiador da imprensa incunabular castelhana, se terem iniciado os trabalhos tipográficos com a *Quarta Parte* desta obra e concluído os mesmos em Fevereiro de 1495.

Os faseamentos da produção tipográfica da obra

Haja ou não coincidência de factos nessa matéria, o que é certo é que, em Lisboa, a impressão da mesma obra⁷⁵ também começou pela *Quarta Parte*, sendo igualmente (como aliás já referimos) a primeira a ser tecnicamente aqui concluída.

Nessa *Quarta Parte*, com 186 fls., os trabalhos tipográficos – recorrendo-se (neste e nos restantes volumes), para além das tintas preta e vermelha, a caracteres góticos de várias tipologias e a outra utensilagem, tais como vinhetas e gravuras de diversa proveniência, como o caso da bem conhecida gravura do *Calvário* de Cristo – concluíram-se em 14 de Maio daquele ano.

Quando da edição lisboeta desta obra o *traslado*, por Frei Nicolau Vieira e Frei Bernardo de Alcobaça como se viu, já tinham terminado há muito. Assim o que se tornava (nessa fase de fim de século) mais moroso, era, sem dúvida, uma cuidada revisão e compulsão com outras fontes disponíveis da mesma obra. Foi desse trabalho que se encarregou o franciscano Frei André, de Xabregas. É provável, até, que quando saiu impressa em Maio de 1495 a *Quarta Parte* da *Vita Christi* ele ainda tinha em mãos a revisão das três partes restantes (a I, II e III) dessa obra.

Seguiu-se, na prossecução daqueles primeiros trabalhos de impressão, a *Primeira Parte* da obra, com 192 fls. Apenas decorreram, com efeito, 12 semanas de intenso trabalho técnico até que, em 14 de Agosto seguinte, Nicolau de Saxónia e Valentim Fernandes tivessem concluído para distribuição este (segundo e) novo volume, com a *Primeira Parte* desta mesma *Vita Christi*.

Numa acção tipográfica ainda um pouco rudimentar – com o *alça-*

⁷⁵ De Maria Valentina Mendes remete-se para (par além da edição do Inventário nacional de incunábulo) *Biblioteca Nacional* (de Portugal), *Catálogo de Incunábulo*, Lisboa, BNP, 1988, n.ºs 786-794 (pp. 229-230), incluindo a descrição de exemplares imperfeitos e outros com anotações várias.



Calvário de Cristo, gravura apresentada na Vita Christi (Lisboa, 1495)

do dos cadernos a decorrer em condições bem diferentes das que se sucederam em gerações posteriores de tipógrafos – sabe-se que a ordem era de avançar a toda a força e com os meios disponíveis. Tal é bem conhecido, na medida em que a entidade-encomendante da edição (embora não do traslado da obra para português, como já se viu), o próprio rei⁷⁶ (bem como a rainha D. Leonor), o qual já se encontrava então bastante doente, aliás de uma enfermidade que em breve o iria vitimar.

É bem conhecido, com efeito, que já então o estado de saúde do monarca-encomendante da obra inspirava sérios cuidados. Isso levou a que se apressassem os trabalhos na referida oficina tipográfica lisboeta. Assim, num espaço de pouco tempo – ou seja, entre 14 de Agosto, como se viu, e 7 de Setembro, data a finalização desta *Segunda Parte da Vita Christi*, e com o rei na fase final da vida – não só se compuseram as 188 fls. desta secção da obra como se imprimiram as mesmas *ramas*.

Pouco depois ocorria, em 29 de Outubro, a morte de D. João II. Esse facto explica que, já na *Terceira Parte*, com um total de 124 fls. – a última secção da obra a ser impressa, finalizada tipograficamente em 20 de Novembro (cerca de um mês após o monarca ter expirado) – se registre, no cólofon, ter sido este trabalho sido editado

*por mandado do mui Illustrisimo senor el Rey dom Joham o segundo, cuja alma deos aja. E da muy esclarecida Raynha dona Lyanor sua muy nobre molher*⁷⁷.

Pode considerar-se que a *Vita Christi* – que apresenta um cômputo global de 690 fls. impressas, nas suas quatro partes constituintes, foi impressa (tendo em conta as condições técnico-tipográficas incipientes de laboração na época, num período ou hiato temporal assinalável.

Em síntese, admitimos, como cenário provável, que os trabalhos tipográficos de composição do texto do primeiro tomo (com a *Quarta Parte*) tenham sido iniciados em Março de 1495. Os dois tipógrafos alemães, V. Fernandes e N. de Saxónia, deram os trabalhos desta obra por terminados (com a impressão dos textos da *Terceira Parte*), em 20 de Novembro.

Estas datas permitem o concluir por uma média de trabalho de composição – pelos oficiais impressores ao serviço daqueles – nesse total de 690 fls., de 76,5 folhas por mês, ou, se se preferir, de uma média de mais de 19 folhas em cada semana de seis dias de trabalho.

⁷⁶ De sublinhar que D. João II viria a morrer, em 29 de Outubro de 1495, no Alvor, sendo substituído na governação do reino por D. Manuel.

⁷⁷ Esta secção do texto, em particular (também analisada no original depositado na BNP) encontra-se de igual modo reproduzida em D. Manuel II, *Livros Antigos Portuguezes...*, vol. I (de III), Londres Maggs Bros, 1929, p. 7.

Uma obra doutrinária de meados do século XIV recuperada pela ideologia do humanismo renascentista

A edição incunabular da *Vita Christi*, a primeira em língua portuguesa é, inequivocamente, uma das obras tipográficas quatrocentistas portuguesas que assume um significado mais relevante. Havia, sem dúvida, os patrocinadores e, conseqüentemente, dois tipos de leitores para a obra que justificavam, sem dúvida, que fossem feitas tiragens diferentes para as saídas de máquina da mesma.

Sabe-se, com efeito, que foi realizada desta obra uma tiragem **A**, em papel, de incidência mais geral⁷⁸. Foi feita, por sua vez, uma outra tiragem, que designamos por **B**, com um número de exemplares mais reduzido, impressa (pelo menos parcialmente) em pergaminho⁷⁹.

Há outros aspectos, porém, que importam ser também relevados. Quem era aquisidor – ou, eventualmente, meramente recebedor (sem custos) – desta obra? Contavam-se, entre estes os membros da aristocracia, em particular os que gravitavam na Corte em torno do rei – e, depois da sua morte – da Rainha D. Leonor e, também, do Duque de Beja, o novo monarca. Também muitos dos *Senhorios* rurais constituíam um público preferencial para esta obra. Na educação dessa aristocracia e de seus filhos, em particular na educação de príncipes de demais nobres, a formação no sentido de uma piedade cristã edificante, que se pretendia atingir passava pela leitura de obras deste tipo.

Uma outra realidade sociocultural e espiritual, porém, era ainda *tocada* por esta obra. Viviam-se, no essencial, os ideais do Humanismo da Renascença, numa época doutrinariamente *fermentada* por filósofos cristãos italianos (também eles releitores de Platão e Aristóteles) como Marsilio Ficino ou Giovanni Pico della Mirandola.

Esse tempo de transição do século XV para o XVI constituía, também, um tempo de charneira, na expansão e na missão portuguesa. Era então notório que em terras do império na Ásia e nas Américas, a penetração militar portuguesa, por um lado, e a penetração missionária, por outro, defendiam complementarmente o duplo primado “numa mão a Bíblia na outra a espada”⁸⁰.

⁷⁸ Na Biblioteca Nacional de Portugal, por exemplo, existem exemplares (completos mas, também, incompletos) desta tiragem A, nas suas quatro partes.

⁷⁹ Nos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo existem – da tipologia B – algumas fls. impressas em pergaminho.

⁸⁰ Vide, ainda, o trabalho de Manuel Cadafaz de Matos, “O caixotim, o carácter móvel e a prensa ao serviço da Bíblia. Um século áureo da Cultura tipográfica portuguesa, de Lisboa ao Padroado Português do Oriente (1495-1595)”, in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 5.ª Série, vol. 13-14, Homenagem ao Prof. José Vitorino de Pina Martins, Lisboa, 1990, pp. 279-302.

Obras deste tipo, com as características de formação humanística (e até filosófica) como a *Vita Christi* – mesmo apesar de se considerar ter já então passado quase século e meio sobre a morte do seu autor (em 1377) – afiguravam-se como basilares. Estava em curso, no fundamental, todo um confronto intercontinental de ideias, todo um encontro de mundos, que está subjacente ao confronto de ideologias em presença.

Acerca das razões por que chegaram, até aos nossos dias, tão poucas espécies, mesmo que incompletas, desta obra, o Visconde da Trindade estabeleceu que tal se ficou a dever ao facto de uma parte significativa da tiragem ter seguido nas caravelas, ao longo do século XVI, para os territórios do vasto império que se pretendiam *tocar* também pela fé⁸¹.

Com obras como o *traslado* do latim para a língua portuguesa da *Vita Christi*, de Ludolfo Cartusiano, também se edificaram, enfim, os pilares para a História das Ideias Religiosas neste período de transição da Idade Média para o Renascimento.

Lisboa, 27 de Abril de 2010

⁸¹ Manuel Cadafaz de Matos, “Homens e livros na China no cumprimento do ideário da *Vita Christi*. Exposição bibliográfica em Pequim no 5º. Centenário da publicação em Lisboa do incunábulo de Ludolfo Cartusiano”, introdução ao catálogo *Intercâmbio Cultural e Científico entre a Europa e a China através do Livro* (sécs. XVI-XVIII). *Exposição Bibliográfica organizada pela Embaixada de Portugal e pela Livraria Humanística por ocasião da Visita de estado à China de Sua Excelência o Presidente da República, Dr. Mário Soares*, Pequim, Abril de 1995, pp. 3-12 (em particular in p. 4).

